

Tempo integral ao aluno

Eurides Brito da Silva

Ao assumir em seu governo a educação como prioridade, o governador Arruda levou os dirigentes do sistema educacional do DF a trabalharem arduamente na revisão de conceitos, na construção de novos paradigmas e na elaboração e execução de projetos para melhorar os seus índices educacionais em relação ao Brasil e a ele próprio. E é nessa "novã fase" da educação, que surgiu a proposta do retorno do tempo integral para o aluno, procurando resgatar o ideal de Anísio Teixeira. É verdade que os tempos são outros e os que conhecem profundamente o DF, não apenas o Plano Piloto, podem imaginar que é impossível ter todas as escolas em tempo integral imediatamente. Também isso não é o mais importante. O importante é desenvolver estratégias que mantenham o aluno ocupado em tempo integral, em atividades, é claro, planejadas e supervisionadas por suas escolas.

Tive o privilégio de ser aluna de Anísio Teixeira em 1970. Se hoje ele estivesse fazendo o plano educacional de Brasília, ele também aprovaria a adoção de diversas opções de tempo integral para o aluno.

Quando exerci por oito anos (dois mandatos) a vice-presidência da Sociedade Mundial de Educação Comparada, pude conhecer, nos mais diversos países, diferentes formas de adoção de tempo integral, como pude também conhecer excelentes escolas em tempo parcial. Não posso deixar de citar que, em Los Angeles, quando fazia meu pós-doutorado na Ucla, meus filhos, obviamente, estudaram em escolas de tempo integral, porque isso é generalizado nos Estados Unidos. E por que nesses 118 anos de República nem a União, nem os estados nem os municípios, salvo honrosas experiências, não adotaram compulsoriamente o modelo de tempo integral, já que há unanimidade entre especialistas em torno dessa questão?

Vejamos, alguns motivos, sem a pretensão de esgotá-los: "Educação não é prioridade nos governos, já dizia e comprovava o saudoso Senador João Calmon; os movimentos migratórios dentro do País, principalmente para o Sudeste e Centro-Oeste, desorganizam qualquer planejamento educacional; mas precisamos aceitar esses migrantes, já que estudos mostram que saúde, educação e trabalho são as principais razões para esses movimentos e a nossa Constituição garante o direito de ir e vir; a taxa de nascimento é maior entre os mais pobres e os recursos financeiros destinados à educação, são insuficientes. Há estados e municípios com baixa arrecadação e que nem sequer conseguiram ainda matricular todas as crianças na escola.

Apesar desse quadro, o Distrito Federal goza de uma situação privilegiada: matricula todas as crianças no Ensino Fundamental e no Ensino Médio todos os concluintes do Ensino Fundamental; 94% de seus professores têm formação em nível superior etc.

O que falta para a adoção do tempo integral? Dar mais uns passos porque isso não acontece com uma vara de condão. Anos atrás, ampliamos o turno escolar de 4 para 5 horas. A primeira e única unidade da federação a fazê-lo. Disponibilizamos cursos superiores para 5 mil professores e introduzimos o programa de aceleração da aprendizagem com material didático específico, elaborado por professores da rede e nos antecipamos à LDB, ao implantarmos o ano letivo de 200 dias; tornamos obrigatória a matrícula aos 6 anos de idade e mais uma vez nos antecipamos à legislação federal, dando início à implantação do ensino fundamental de 9 anos.

Mas, enfim, o que falta para a adoção do tempo integral em Brasília?

Para adotá-lo, gradativamente, não falta nada ou falta pouco. Para adotá-lo aodadamente em todas as escolas, falta muito, a começar por um planejamento, consistente, que considere, entre outras coisas, a quantidade e qualidade dos equipamentos sociais, recursos humanos e materiais disponíveis. Alguém já conhece algum documento sobre as diretrizes para implantação do tempo integral? Se existe, ainda não tive o privilégio de conhecer. Educação em tempo integral não é fazer da escola tão-somente um "refeitório". É preciso também proporcionar meios para que os docentes ofereçam aos alunos aulas atraentes e atividades dentro ou fora do ambiente escolar que atendam as necessidades dos educandos e não apenas "gastem" o seu tempo.

Sei que o governador Arruda está atento à questão e exigirá de seus gestores, nem procrastinação, nem implantação aodada. Mas sim, o cumprimento de um planejamento bem elaborado, que não olvide as disponibilidades físicas, financeiras e humanas.

Não podemos permitir que um dos mais importantes programas de atendimento à criança e ao adolescente que o governo deseja implantar, sucumba pela improvisação.